

'Grupo dos 32' faz proposta para acabar com impasse da imissão

BRASÍLIA — Uma proposta de consenso apresentada pelo "Grupo dos 32" ao "Grupo Interpartidário", ontem pela manhã, poderá resolver o impasse da imissão na posse da terra desapropriada para reforma agrária: o juiz terá prazo de 60 dias para decidir se a propriedade cumpria ou não sua função social. Se o juiz entender que cumpria, a desapropriação será anulada; caso contrário, a União terá mais 30 dias para confirmar o ato de desapropriação, sabendo que terá de pagar o valor da terra em dinheiro.

Após a reunião realizada no Instituto Israel Pinheiro, os representantes do "Grupo dos 32" nas negociações sobre a reforma agrária — Deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Konder Reis (PDS-SC) e Senador Virgílio Távora (PDS-CE) — demonstravam confiança na aprovação desta proposta. Já os representantes do "Grupo Interpartidário" — Deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Fernando Santana (PCB-BA) — limitaram-se a informar que levarão a proposta ao grupo. Scalco reconheceu que as negociações evoluíram "um pouco".

A proposta já recebeu a aprovação do "progressista" Maurício Corrêa, Senador pelo PDT do Distrito Federal. "Era isso o que eu pensava", disse ele. E tem no Deputado Cid Carvalho seu maior entusiasta:

— Com esta fórmula, a União vai ter que meditar antes de fazer o arbitrio. E saberá que o pagamento terá de ser feito em dinheiro, o que também vai pesar na decisão — ressaltou Cid, lembrando que, se for mantido o substitutivo atual do Relator Bernardo Cabral, a imissão de posse é automática e não pode ser revista nem mesmo pela União. Se a Justiça decidir que a propriedade



O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fala ao 'Grupo dos 32'

cumpria função social, ou seja, que a desapropriação foi injusta, a única novidade será o pagamento da terra em dinheiro.

Da reunião de ontem participaram, além dos negociadores, apenas cinco outros parlamentares, todos do "Grupo dos 32": os Senadores José Richa (PMDB-PR) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Prisco Viana (PMDB-BA) e Israel Pinheiro (PMDB-MG). Foram analisados alguns capítulos do substitutivo: nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, garantias constitucionais e organização da União, Estados e municípios.

Eles aprovaram mais de 80 por cento do texto, mas fizeram algumas alterações, principalmente no capítulo das garantias constitucionais. Foi eliminado o mandato de injunção na

garantia da inviolabilidade absoluta dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania. Também foi eliminada a figura do "Defensor do Povo", que zelaria pelo respeito dos poderes públicos e dos serviços sociais de relevância pública. Como explicou Cid Carvalho, "o objetivo foi fortalecer a figura do promotor, que cumpre todas estas funções".

Numa reunião de negociação realizada no sábado, os dois grupos foram contrários à criação do tribunal constitucional, que teria a função de zelar pelo cumprimento da Carta, com poderes superiores aos do Supremo Tribunal Federal. Todos decidiram aprovar o substitutivo de Cabral neste item, mantendo os poderes do STF.

Mudar sistema agora é traição, alerta Quércia

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia afirmou que é contrário a idéia de um sistema parlamentarista de Governo para o País, "que poderia ser implantado até de forma improvisada", porque acredita que é necessário manter as instituições presidencialistas. Segundo Quércia, a opção pelo parlamentarismo significaria, entre outras coisas, uma traição aos anseios populares, já que a população vem se manifestando em favor da realização de eleições presidenciais diretas há pelo menos três anos.

Durante uma festa que marcou a inauguração do primeiro módulo de um "clube da criança — creche com capacidade para mil crianças — no Parque Ecológico do Tietê, que atenderá à população carente da Zona Leste de São Paulo, o Governador disse que não falaria sobre a pesquisa de opinião encomendada pelo Governo federal — nela, a manutenção do presidencialismo foi aprovada em todas as regiões brasileiras e o próprio Quércia apontado como o governador mais popular do País — ao Instituto Gallup:

— Mas acredito que o Governo de São Paulo está correspondendo, com esforço e trabalho, às promessas de campanha, dando prioridade à criança, à segurança pública e às habitações populares.

Para Orestes Quércia, os cortes de financiamentos promovidos pelo poder central não afetarão fundamentalmente os investimentos de São Paulo nas obras sociais. Garantiu que as obras mais importantes deverão ser realizadas. A iniciativa de abrir outras creches nos moldes deste primeiro "clube da criança", uma espécie de complementação à assistência educacional nas escolas, deverá se estender por todo o interior do Estado, de acordo com o Governador de São Paulo.